



ASSENTAMENTO DE MARAPICU: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO CAMPO E CIDADE E AS RURALIDADES

Autores:

TAÍS CÔGO FERREIRA - UFRRJ - taiscogo@gmail.com

ANA PAULA PERROTA FRANCO - UFRRJ - anapaula_perrota@hotmail.com

Resumo:

Considerando os conflitos que existem no território de estudo denominado Assentamento Municipal de Marapicu, objetiva-se compreender como que a urbanização da região e a insuficiência de políticas públicas podem resultar no processo de invisibilidade do território e de seus atores sociais. Para tanto, serão analisadas as reflexões sobre a oposição campo e cidade a partir de Ferreira (2002) e Navarro (2001) para refletir como as transformações que ocorreram no Brasil nas últimas cinco décadas implicaram no processo de perda de significados do território de Marapicu, ou seja, de uma área que foi destinada a reforma agrária a partir das reivindicações dos seus atores sociais que ocuparam com suas identidades as terras improdutivas de Campo Alegre. Como contribuição para o estudo serão pautadas as reflexões de Polanyi (2000) sobre as mudanças sociais devido a Revolução Industrial e a criação das mercadorias fictícias (trabalho, terra e dinheiro). Por fim, serão apresentados breves apontamentos sobre as distintas formas de ruralidades como caminho para o desenvolvimento rural do território de Marapicu.

ASSENTAMENTO DE MARAPICU: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO CAMPO E CIDADE E AS RURALIDADES

INTRODUÇÃO

A área rural de Marapicu apresenta desde a sua ocupação, em 1985, conflitos que se perpetuam até hoje e, trazem consequências para o território e seus respectivos atores, como a venda irregular de lotes, falta d'água e a não manutenção das estradas vicinais. Paralelo a este fato, observa-se a violência externa¹ e as políticas que favorecem a construção de condomínios residenciais “sufocando” essa zona rural de Nova Iguaçu. Esse fato é reflexo do ordenamento territorial proposto pelo Plano Diretor de 1997 transformando toda cidade em perímetro urbano, negando as características rurais desse território².

O assentamento é habitado por pessoas que foram assentadas desde o início da ocupação como também por pessoas que, ao longo do tempo, ocuparam os lotes tanto para plantar quanto para especulação. Muitos lotes estão abandonados e, conseqüentemente, improdutivos. Contudo, há sítios onde é possível observar a produção de leguminosas, como por exemplo, aipim e quiabo e, também, a produção de leite e mel, estes últimos em menor escala. (ASSOCIAÇÃO DOS COMPONESES DE MARAPICU, 2018).

Nas terras de Marapicu é possível encontrar ainda diferentes atores, ou seja, assentados, comerciantes, funcionários públicos, assalariados e desempregados. Alguns buscam geração de renda a partir da produção agropecuária, outros buscam nas terras do assentamento a propriedade privada. São cerca de 90 lotes distribuídos numa área de 270 hectares. Todos os lotes tem títulos e pessoas, teoricamente, tituladas. Do total de lotes, cerca da metade está em atividade, mas devido a violência, algumas famílias evitam pernoitar nos sítios.

A Associação dos Camponeses de Marapicu atua como gestora local do assentamento. A associação que foi criada no dia 16 de setembro 1986, é regida por um estatuto e se reúne uma vez por mês para discutir e tomar decisões acerca do território. Atualmente ela é composta por 47 associados³ mais os ouvintes, estes últimos participam da reunião ainda que não tenham voto nas decisões. Ela atua como representante do

¹O território do assentamento, devido a disputa de poder paralelo nos conjuntos habitacionais, é uma “rota de fuga” do tráfico.

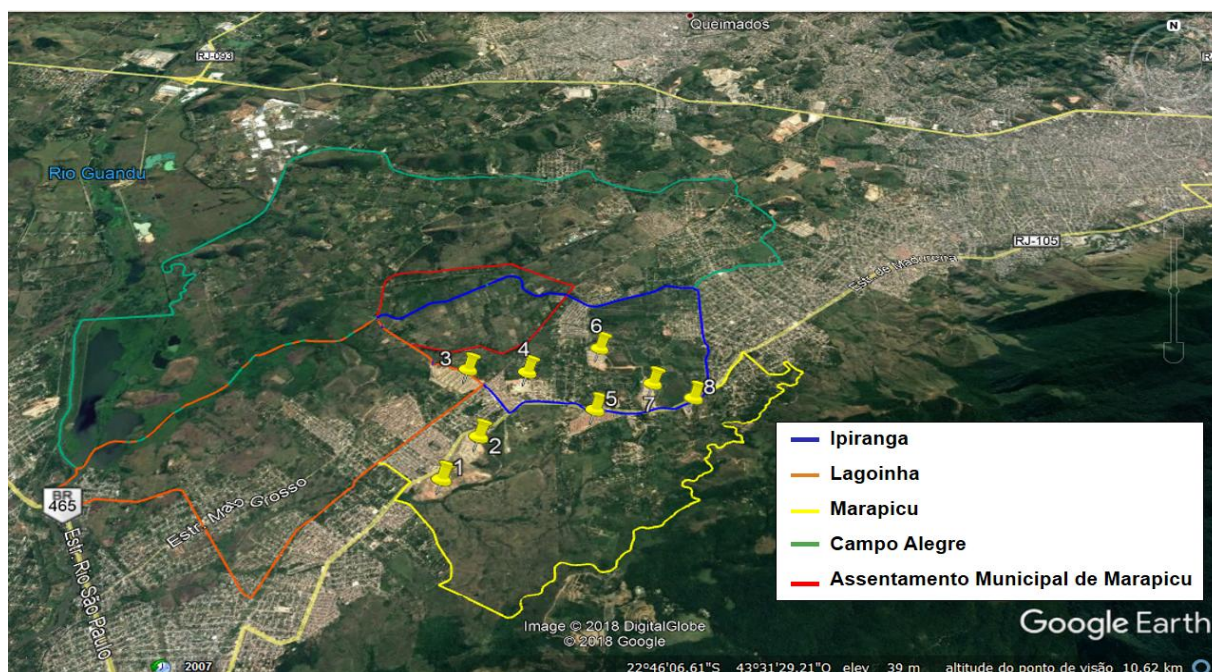
²Artigo 8º - O Perímetro Urbano compreende todo o território da Cidade de Nova Iguaçu, coincidindo os seus limites territoriais com os consignado no Decreto-lei nº 1.056, de 31 de dezembro de 1943, e nas Leis nº 1.773, de 21 de dezembro de 1990, nº 1.902, de 18 de dezembro de 1991 e nº 2.209, de 30 de dezembro de 1993.

³ Número atualizado em novembro de 2018

assentamento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Nova Iguaçu – CMDRS. Foi dentro das discussões das assembleias da associação que iniciou o processo de retorno das áreas rurais de Nova Iguaçu e de mobilização para a permanência no local. A organização, desde sua criação, tornou-se um instrumento de legitimação do assentamento, pois reivindica políticas para a área rural, como por exemplo, a doação de uma patrulha motorizada, doado pelo Ministério da Agricultura (via CMDRS) para ser utilizado nos lotes dos assentados.

A região onde está localizado o assentamento, nas últimas décadas, tem sofrido com a especulação imobiliária sendo observado um grande adensamento da população. Esse último fato pode ser exemplificado pelos congestionamentos diários na RJ-105 (delimitado por amarelo), rodovia que liga a Zona Oeste do Rio de Janeiro ao centro de Nova Iguaçu. As construções verticais dos programas habitacionais ao longo da RJ-105 resultaram no aumento do número de habitantes na Unidade Regional de Governo IV – URG. A unidade é compreendida como uma região periférica do município, sendo essa afirmação confirmada ao passar por cerca de 20 km da RJ-105 com esgotos nas ruas, valas abertas, lixos à beira da rodovia e somente 1 Unidade de Pronto Atendimento para os bairros por onde corta a rodovia. Analisando o assentamento nessa macro região, existe a dificuldade em se determinar o que seria rural e urbano, à medida que o território rural é sufocado pelo tecido urbano.

No mapa abaixo é possível visualizar o trecho da RJ-105 que corta a região dos bairros como Lagoinha, Marapicu, Ipiranga e Cabuçu e também o assentamento de Marapicu. Na imagem também é possível identificar a área rural de Campo Alegre, território que deu origem ao assentamento desse estudo.



Fonte: Google Earth

Diante disso é possível remeter a reflexão de Monte-Mór (2006) quando este afirma que cada dia mais é difícil identificar as fronteiras do espaço urbano e do espaço rural, uma

vez que se observa o rural sendo incorporado a massa urbana. O rural descrito por Ferreira, neste contexto, estaria num processo de perda de significado:

“O rural é um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais, uma paisagem ecológica e cultural e representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida. Esse conjunto de características materiais e imateriais apresenta uma singularidade e uma dinâmica próprias, mesmo se articuladas integralmente ao “mundo urbano” no âmbito de um território concreto ou imersa nos processos, redes e símbolos mais gerais da urbanidade.” (FERREIRA, 2002, p. 31)

A perda de significado evidencia-se no dia a dia dos moradores do assentamento, ou seja, de assentados e não assentados⁴ e pode ser exemplificado em pelo menos três fatos: abandono e venda irregular dos lotes, êxodo rural das famílias e baixa produtividade.

Diante do exposto, esse estudo buscará compreender como que a urbanização da região e a insuficiência de políticas públicas podem resultar no processo de invisibilidade do território e de seus atores sociais. Nesta perspectiva, este artigo fará uma reflexão sobre a oposição campo e cidade a partir de Ferreira (2002) e Navarro (2001) para refletir como que as transformações que ocorreram no Brasil nas últimas cinco décadas implicaram no processo de perda de significados do território de Marapicu, ou seja, de uma área que foi destinada a reforma agrária a partir das reivindicações dos seus atores sociais que ocuparam com suas identidades as terras improdutivas de Campo Alegre. Como contribuição para o estudo, serão pautadas as reflexões de Polanyi (2000) sobre as mudanças sociais devido a Revolução Industrial e a criação das mercadorias fictícias (trabalho, terra e dinheiro). Por fim, serão apresentados breves apontamentos sobre as distintas formas de ruralidades como caminho para o desenvolvimento rural do território de Marapicu.

Além de uma análise bibliográfica, esse estudo propôs-se a fazer observações do assentamento a partir de um estudo etnográfico, isto é, um contato íntimo com a vida dos assentados e de suas reuniões e, não mais importante, uma análise de documentos referentes ao território rural.

DO RURAL À SUBORDINAÇÃO DA CIDADE

No final da década de 1980, a ideia do desaparecimento do rural era debatida por teóricos das ciências sociais. O processo de industrialização que se desencadeou no país somado ao rápido movimento de urbanização resultado do êxodo rural foram bases para o pensamento da época. A hipótese de completa urbanização questionada por Henri Lefebvre na Revolução Urbana era uma das bases teóricas que influenciavam tal pensamento. (FERREIRA, 2002).

⁴ O termo “não assentados” é utilizado para caracterizar famílias que, ilegalmente, compram lotes no assentamento, uma vez que não podem ser vendidos, sendo terras públicas. Mesmo na situação irregular, essas famílias permanecem no território produzindo ou não.

O modelo primário-exportador comandou a economia no Brasil desde o período colonial até processo de Substituição de Importações iniciado no Governo Vargas. No primeiro modelo, a agricultura teve um peso econômico importante nas contas nacionais e, assim, os territórios rurais eram tidos como fundamentais para o desenvolvimento do país, de acordo com lógica agrícola. Contudo, o processo de Substituição de Importações alterou o modelo econômico no país, intensificando a industrialização iniciada na década de 30. É importante ressaltar que a agricultura continuava a ter peso nas contas nacionais, porém a base exportadora era vista como arcaica e sem dinamismo, nasceria assim, o dualismo⁵ que aprofundava os conflitos entre os setores dado a dinâmica do setor industrial. Nessas condições, o rural era visto como território atrasado e esvaziado de significado.

A partir da década de 50 iniciou-se um processo de intensa mecanização do campo que será chamada de Revolução Verde que responderia a impressionante expansão capitalista da época, sendo observado o processo de urbanização que gerou novos padrões de consumo das novas classes e formas de vida em diversos países. (NAVARRO, 2001)

É verdade que houve mudanças consideráveis no Brasil após a década de 50, mas é substancial pontuar as mudanças sociais no mundo, principalmente na Inglaterra, em virtude da Revolução Industrial. Polanyi observa que as mercadorias fictícias⁶ (trabalho, terra e dinheiro) são essências, numa economia de mercado, para a industrialização. Até o final do século XVIII a produção industrial era um acessório do comércio (mercantilismo) que com o seu desenvolvimento passou a ser determinante para um sistema de mercado e suas mercadorias fictícias tonou-se o princípio organizador da sociedade:

“Como o desenvolvimento do sistema fabril se organizara como parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento. É verdade que eles não puderam ser transformados em mercadorias reais, pois não eram produzidos para venda no mercado. Entretanto, a ficção de serem assim produzidos tonou-se o princípio organizador da sociedade. Dos três elementos, um se destaca mais: trabalho (mão-de-obra) é o termo técnico usado para os seres humanos na medida em que não são empregadores mas empregados. Segue-se daí que a organização do trabalho mudaria simultaneamente com a organização do sistema de mercado. Entretanto, como a organização do trabalho é apenas um outro termo para as formas de vida do povo comum, isto significa que o desenvolvimento do sistema de mercado seria acompanhado de uma mudança na organização da própria sociedade. Seguindo este raciocínio, a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico.” (POLANYI, 2000, p. 97)

Ao tornar-se um acessório do sistema econômico a sociedade humana, subordinada a expansão da economia de mercado, modifica a sua organização. Essa mudança pode ser observada a partir da formação dos mercados trabalho e terra onde as instituições humanas,

⁵ Ver Maria da Conceição Tavares.

⁶ Ver capítulo 6 do livro “A Grande Transformação”.

homem e natureza, estão subordinadas às exigências do mecanismo de mercado⁷, isto é, uma sociedade urbana industrial. Schneider e Escher em *A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural* apontam que:

“Além da separação entre as atividades manuais e intelectuais dos produtores diretos, ocorre uma separação entre as atividades urbanas e rurais, gerando uma oposição fictícia entre campo e cidade. O que era anteriormente produzido com base em condições naturais, passa a ser produzido sob condições artificiais, fabricadas, adaptadas e subordinadas à expansão da economia de mercado.” (2011, p. 201-202)

O campo subordina-se a cidade fornecendo matérias primas e alimentos, ou seja, um rural agrícola. Nesse contexto, o rural é compreendido como lugar atrasado e, o urbano, símbolo de modernidade e progresso.

Com o objetivo de revitalizar o rural, a modernização do campo foi fomentada pelo Estado com políticas específicas⁸, investimentos na pesquisa aplicada, na assistência técnica e extensão rural, e no fornecimento seletivo de crédito subsidiado para atender, quase que exclusivamente, o mercado externo (*commodities*). Segundo Navarro (2001, p. 84), o rural passou a ter um novo significado, ou seja, o “mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinar-se, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países.”

No Assentamento de Marapicu é observada a subordinação da área rural com a cidade de Nova Iguaçu. Primeiro, porque o assentamento depende diretamente dos serviços da cidade, como por exemplo, de água encanada que o conjunto habitacional vizinho possui e a área rural, a 100 metros do primeiro, não possui. Segundo, os assentados dependem da produção urbano-industrial, como bens e serviços que a cidade produz, além de empregos que os assentados buscam na cidade como forma de complementar a renda, dada a improdutividade do assentamento. Por último, o excedente que é produzido no assentamento é comercializado na cidade. Dessa forma, compreende-se que a cidade e campo, elementos socioespaciais opostos e complementares, constituem a centralidade e a periferia do poder na organização social. (MONTE-MÓR, 2006)

É possível remeter ao Lefebvre quando descreve o duplo sentido da cidade industrial, a implosão e explosão:

“A implosão-explosão produz todas as suas consequências. O crescimento da produção industrial superpõe-se o crescimento das trocas comerciais e as multiplica. Esse crescimento vai do escambo ao mercado mundial, da troca simples entre dois indivíduos até a troca dos produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos. A compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital parecem varrer obstáculos. No curso dessa generalização, por sua vez, a consequência desse processo – a saber: realidade urbana – torna-se causa e razão.” (LEFEVBRE, 199, p. 26)

⁷Ver o capítulo 15 do livro “A grande Transformação”.

⁸ Ver João Márcio Mendes Pereira e Paulo Alentejano (2014)

O processo de explosão explica a relação de subordinação do assentamento de Marapicu com a cidade, uma vez que a área rural está cada dia mais envolvida na dinâmica socioespacial da cidade e, assim, esvaziando-se de significados, ou seja, um rural que vivencia a dificuldade de estabelecer relações sociais, de dar significado próprio à experiência de vida no assentamento. Um rural impactado pelo cotidiano da cidade urbana, isto é, pelas consequências geradas no processo de urbanização que ultrapassa as fronteiras do assentamento. Tal relação é dada de forma excludente, pois o território rural está à margem das políticas públicas, dificultando assim, a promoção do seu desenvolvimento.

O RURAL AGRÍCOLA E SUA LIMITAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que por três séculos o território brasileiro foi caracterizado pelo tripé: monocultura, latifúndio e trabalho escravo. Essa estrutura produtiva, como dito na seção anterior, determinou a economia do país até a fase de industrialização. O tripé da colonização resultou na grande concentração de terra, uma estrutura de grande domínio explorando as terras brasileiras como também reforçando as desigualdades sociais percebidas até hoje. A colonização brasileira, segundo Paulo Freire, “foi, sobretudo, uma empreitada comercial. Os nossos colonizadores não tiveram — e dificilmente poderiam ter tido — intenção de criar, na terra descoberta, uma civilização. Interessava-lhes a exploração comercial da terra.” (FREIRE, 1967, p. 67).

No rural brasileiro, observa-se, atualmente, duas características do tripé da colonização: latifúndio e monocultura, base para a produção de *commodities*. Contudo, não se pode negar as pequenas propriedades, os assentamentos de reforma agrária e as comunidades tradicionais distribuídos ao longo do país continental que buscam no trabalho com a terra condições dignas de vida. Mesmo assim, o campo brasileiro abarca uma grande concentração de terra (ver gráfico abaixo) que resulta em conflitos ao longo do país.

	Número	Área (milhões de ha)	% do Território Brasileiro
Unidades de Conservação	1098	144,6	17
Terras Indígenas	584	119,1	14
Assentamentos Rurais	9128	88,6	10,2
Territórios Quilombolas	129	1,0	0,2
Imóveis Rurais	5.600.000	509,3	63,6
Latifúndios	168.000	280,1	32,9

Fonte: Questão agrária, Soberania e Meio Ambiente – desafios para as universidades - Paulo Alentejano – Prof. do DGeo/FFP/UERJ

O rural brasileiro apresenta-se, como maior intensidade, como um lugar de produção agrícola, ou seja, é *locus* para produzir alimentos e matérias primas para fornecer a cidade. Essa face do rural resultou num sistema de dominação marginalizando famílias como também expulsando-as do campo. Somente as propriedades com capacidade de

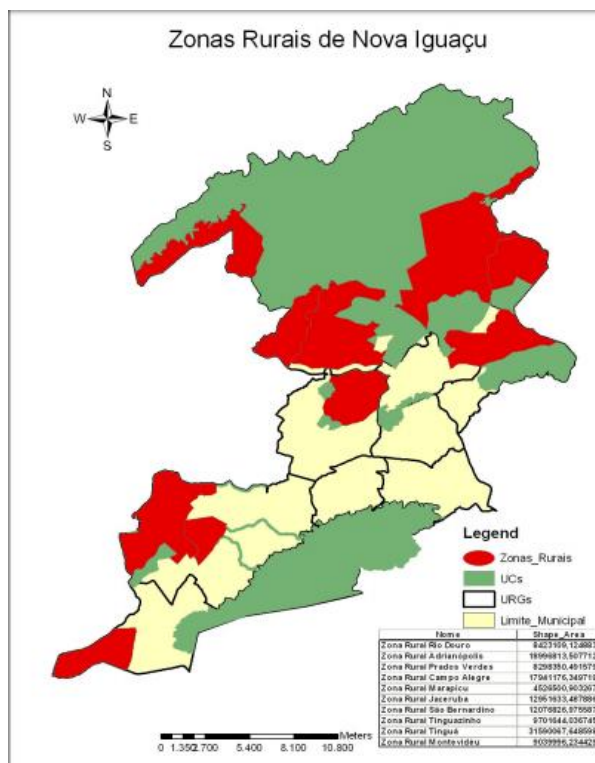
investimento respondem ao paradigma produtivista capitalista, isto é, a lógica modernizante do campo:

“Um sentido de diminuição da participação da agricultura no PIB e da sua subordinação crescente ao processo de agroindustrialização. Falava-se de uma agricultura conduzida pela indústria e organizada para a indústria, vale dizer, de modernização agrícola e de qualidade do produto agrícola estandardizadas pelas agroindústrias; de agricultura tecnificada, crescentemente separada da sua base natural (identificada como rural). Falava-se de uma agricultura que perdia a capacidade de produzir empregos e ocupação, tanto nas suas modalidades patronais como nas diferentes formas sociais da agricultura familiar.” (FERREIRA, 2002, p. 29)

Essa relação do rural com a produção agrícola pode-se ser observada no assentamento de Marapicu, visto a sua forte dependência a essa atividade. Os atores sociais do território concebem o rural somente a partir da produção de alimentos para sua subsistência e o excedente para ser comercializado e gerar renda. Contudo, os moradores apresentam limitações para produzir, como por exemplo, os processos gerados a partir da problemática fundiária. E, se não produzem, abandonam os lotes ao encontrar na cidade garantias de sobrevivência.

O assentamento surgiu a partir das terras de Campo Alegre – primeira ocupação rural do Estado do Rio de Janeiro, uma zona rural que foi destinada a Reforma Agrária após o Regime Militar (1964-1985). O ponto culminante para a criação do assentamento de Marapicu foi a ocupação de 90 famílias, em março de 1985, da Fazenda Boa Vista, uma área da Caixa Econômica Federal. (ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES DE MARAPICU, 2018). Após a ocupação, o assentamento foi dividido em cerca de 90 lotes de aproximadamente 03 hectares cada. Ao ser dividido por módulos fiscais⁹ e por estar numa região metropolitana, o assentamento é reconhecido como de Agricultura Familiar. Em 2005, após a extinção das áreas rurais em 1997, houve o reconhecimento das áreas rurais e “o Plano diretor de 2008 é elaborado com uma perspectiva de reconhecimento das zonas rurais dessa maneira levando a uma nova divisão do trabalho dentro do território entre as zonas urbanas e rurais” (PACÍFICO et.al., 2009, p. 2).

⁹Como a mudança da Legislação de 1996, os módulos fiscais de reforma agrária se diferenciam da Agricultura Familiar. A Reforma Agrária é realizada acima de 10 hectares fora da área metropolitana. Cada lote do Assentamento de Marapicu tem 3 hectares. Além disso, Assentamentos da Agricultura Familiar não pagam ITR. Ver Lei Nº 9.393, de 19 de Dezembro De 1996.



Fonte: Produzido no Laboratório de GIS da PUC-Rio a partir de base da prefeitura de Nova Iguaçu, ano 2009.

Entretanto, foram gerados IPTU ao longo desses 10 anos, criando assim, uma dívida que significou um processo de execução dos moradores do local pela Caixa Econômica Federal, então dona das terras. As terras não poderiam ser doadas e, em 2008, como pagamento da dívida, a Prefeitura se tornou dona das terras e recebeu a licença ambiental do Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a regularização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O prefeito da época decidiu constituir o assentamento como municipal – o primeiro do Brasil. As propriedades foram concedidas, via Título de Posse pela prefeitura de Nova Iguaçu e cadastrado pelo INCRA via Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, aos ocupantes, isto é, as famílias que produziam na região desde o tempo da ocupação. Dessa forma, somente famílias com perfil para reforma agrária podem ser cadastradas no SIPRA e receber o Título de Posse da terra.

O cadastramento do SIPRA não é realizado desde 2010, segundo informações da Superintendência de Agricultura da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu e da Associação dos Camponeses de Marapicu– ACM, gestora local. Esse fato implica na disponibilização de recursos da agricultura familiar e, assim, famílias assentadas não cadastrados no SIPRA não podem receber recursos para fomentar sua produção. Outra consequência refere-se a presença no assentamento de pessoas que, posteriormente invadiram ou compraram ilegalmente lotes, ou seja, indivíduos que não são cadastrados no SIPRA. De acordo com a ACM, alguns têm perfil para assentar outros tem vínculo empregatício com o setor público e privado. O Cadastramento do SIPRA tem como finalidade atualizar o cadastro das famílias que permanecem desde a ocupação como também cadastrar famílias que buscam na terra um meio de subsistência como também geração de renda.

A luta por regularização vivida pelos atores sociais é uma das experiências que resulta em desânimo e indiferença, à medida que são ações sem sucesso. Fato que pode ser comprovado na fala da assentada e presidente da ACM, Maria Auxiliadora, em uma das últimas reuniões¹⁰ da associação, ao lamentar o pequeno número de participantes na reunião ordinária da ACM (14 de junho de 2018):

“Marapicu foi fundado por nós, a Escolinha de Agroecologia foi fundada dentro de Marapicu, tudo saiu de Marapicu. O retorno das áreas rurais de Nova Iguaçu foi puxado por Marapicu. Estamos perdendo o que conquistamos pela indiferença nossa, aqui. Nós estamos sendo indiferentes aqui. Precisamos ter essa consciência... Nós estamos sendo violentados por todos os lados. Tem uma faca apontada para o nosso peito. Tem que ter uma saída!”

A concepção de rural, dos moradores do assentamento, restringe-se ao agrícola explicado, em parte, pelo processo de colonização que ocorreu no Brasil como também pela atuação do Estado que direcionava políticas públicas para fomentar a produção agrícola, ou seja, tão somente para fornecer alimentos e matérias primas para a cidade. Apesar de existir algumas iniciativas dos atores sociais de Marapicu como de produção de fitoterápicos e a produção de mel, as mesmas não tem adesão da maioria dos moradores. É importante ressaltar que a crítica a dependência do território rural a essa atividade refere-se a dificuldade desses atores de conceber e fomentar novas atividades que configurem o rural, além do agrícola, ou seja, distintas ruralidades que podem contribuir para o desenvolvimento rural.

RURALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Por muito tempo o desenvolvimento rural no Brasil esteve vinculado ao processo de modernização agrícola. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, desenvolvimento rural. (NAVARRO, 2001)

Influenciados por novos paradigmas¹¹ o desenvolvimento rural abarca novas perspectivas que pode ser compreendido a partir de uma revisão bibliográfica. Dessa forma, Schneider (2004) observa que estudiosos tem a preocupação de contemplar quatro elementos-chave: a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental. O desenvolvimento rural para Frank Ellis (2002; 2001):

“Como um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, visando estimular um processo de participação que empodera (empowerment) os habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para a mudança.” (SCHNEIDER, 2004: 95)

¹⁰Reunião do dia 14 de junho de 2018.

¹¹Ver Kageyama, A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida.

Apresentando elementos semelhantes ao conceito de Ellis, tem-se a abordagem de desenvolvimento rural sugerido pelo holandês Jan Douwe Van Der Ploeg et al (2000):

“O desenvolvimento rural representaria uma possibilidade de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como um estratégia de sobrevivência desenvolvida por unidades familiares rurais que buscam, através de seu esforço e disposições, incrementar as possibilidades de garantir sua reprodução.” (SCHNEIDER, 2004: 96)

Dentre os estudiosos brasileiros, têm-se os trabalhos de José Eli de Veiga focalizando as dimensões ambientais e territoriais do desenvolvimento rural. Para ele, definição de desenvolvimento caracteriza-se como “um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente (acrescentando: fácil de falar, difícil de conseguir).” (SCHNEIDER, 2004: 97).

As discussões acerca do desenvolvimento rural que contempla os quatro elementos-chave ainda é recente no Brasil, uma vez que o rural continua a ser compreendido como território agrícola subordinado ao urbano. Além disso, existe a tendência relativamente comum de se amalgamar desenvolvimento e urbanização. (VEIGA, 2002).

O rural deve ser compreendido como território multifacetado composto por atores sociais que possuem uma rede de relações sociais. Um *lócus* de atividades rurais agrícolas e não-agrícolas que estimulem um ambiente de ruralidades a fim de revalorizar o rural. Para Ferreira (2002, p. 31), “a ruralidade é definida como um conjunto de representações que fazem valer tais papéis, neles integrando identidades rurais em transformação”.

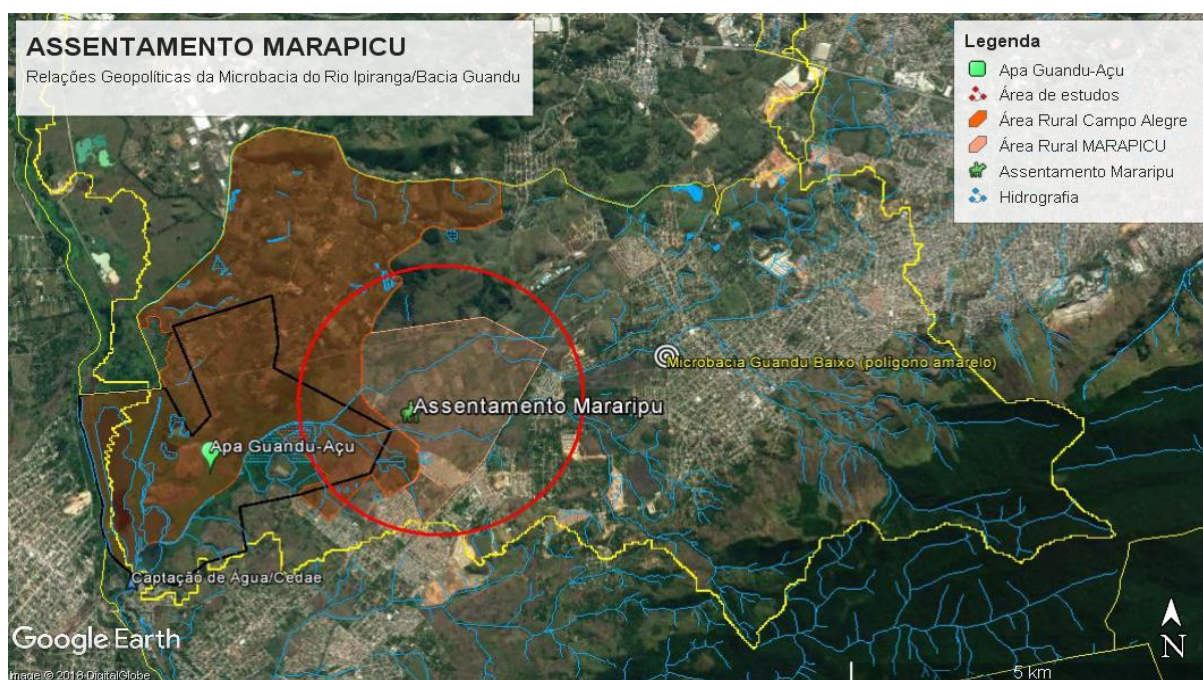
A despeito das dificuldades existentes no território rural, os moradores lançam diferentes estratégias para permanecerem no território através de atividades rurais. São essas formas de ruralidades que encorajam os atores sociais. No território de Marapicu existe a produção de fitoterápicos que são preparados pelas mulheres do assentamento no espaço da associação. O grupo denominado Fitocam tornou-se um instrumento de luta e resistência das mulheres. O projeto iniciou-se em 2009 com o objetivo de gerar renda para as mulheres, como por exemplo, a venda de sabão pela assentada Cristina¹². Atualmente, o espaço da associação foi transferido para o sítio União, local estratégico, devido à violência – o antigo espaço da associação localizado numa região central do assentamento foi saqueado. Devido a mudança do espaço, o agravamento da violência e o adoecimento de uma das lideranças, a Maria Auxiliadora, o grupo parou suas atividades, porém algumas mulheres, individualmente, continuam com a fabricação de alguns produtos. É possível identificar a preocupação com a situação atual do grupo, pois a desarticulação do mesmo enfraquece o movimento das mulheres.

Existe também a criação de abelhas para a produção de mel que foi, consideravelmente, reduzida devido a evasão das famílias, mas que possui infraestrutura para fomentar a produção. Além disso, há alguns sítios que possuem o sistema agroflorestal, como o do senhor Israel que chegou ao assentamento três anos após a ocupação. O lote do assentando é repleto de árvores frutíferas e de árvores como Ipê e Nim. O sistema

¹² Relato na Assembleia Extraordinária da ACM que aconteceu no dia 14 de abril de 2009.

agroflorestal realizado por um dos mais antigos assentados possibilitou a plantação de aipim, quiabo, milho e feijão. Apesar de ser aposentado, o seu Israel mostra-se motivado em trabalhar com a terra e, sempre que pode, apresenta uma reportagem sobre seu sítio realizada pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA¹³.

Experiências como a do seu Israel mostram que as distintas formas de atividades relacionadas a agricultura são importantes para o processo de revitalização do rural. Contudo, é substancial apresentar as limitações impostas externamente ao território, como por exemplo, a poluição da água. Em torno do Assentamento há dois afluentes que passam pelo assentamento, Ipiranga e Cabuçu, ambos estão poluídos devido ao despejo de resíduos sólidos dos conjuntos habitacionais que rodeiam o assentamento e, os mesmos, passam pela APA Guandu Açú, área municipal de preservação, e deságuam na Bacia do Rio Guandu. E, mesmo nessas condições, a associação do assentamento com o financiamento da Petrobras promoveu o projeto “Mata Ciliar – cercamento da área de produção”¹⁴ reflorestando as margens dos rios para amenizar os impactos ambientais provocados pelo crescimento desordenado da massa urbana ao redor do território rural.



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo de Nova Iguaçu.

Os diferentes processos que existem em Marapicu ocasionam experiências de desrespeito que impõe condições de depreciação dos modos de vida individuais e, conseqüentemente, coletivos. Para Honneth (2003, p. 217), “a degradação valorativa de determinados padrões de autorrealização tem para seus portadores a consequência de eles não poderem se referir a condição de sua vida como a algo que caberia um significado positivo no interior de uma coletividade.”

Nessas condições, há nas falas de alguns indivíduos do assentamento a perda da

¹³ Boletim Projeto Semeando Agroecologia | RJ. Ano 2- N° 1. Set/2011

¹⁴ Ata do dia 02/02/2010

estima social “ou seja, uma perda da possibilidade de se entender a si próprio como um ser estimado por suas propriedades e capacidades características.” (HONNETH, 2003, p. 218). Falas que são declamadas nas reuniões da ACM e, por vezes, silenciadas por desânimo.

No assentamento de Marapicu observa-se, mesmo que timidamente, formas de ruralidades – algumas antigas e outras novas. Certo é que, de alguma forma, as ruralidades fazem com que o indivíduo encontre sua identidade e valorize o território resistindo a experiências de desrespeito e, conseqüentemente perda de estima social e desmotivação. E mesmo diante do contexto observado, as famílias permanecem no assentamento dinamizando o território que as contempla. Esses atores sociais são protagonistas das relações solidárias, isto é, se preocupam uns dos outros e se colocam a disposição do companheiro da terra ao ajudar a plantar, colher e escoar. Nas reuniões da associação também é perceptível as relações simétricas, por mais que exista uma diversidade de atores.

É imprescindível dizer que a associação é um instrumento que viabiliza a participação política dos atores sociais e o processo de empoderamento dos mesmos. A luta pelo reconhecimento do território configura-se numa causa a ser defendida pelos que ali vivem e reproduzem.

Dessa forma, é possível reunir no Assentamento Municipal de Marapicu os elementos-chaves capazes de promover o desenvolvimento rural, como o protagonismo dos atores, a preservação do meio ambiente e a participação política. Como também pertencente a esse processo, as diferentes formas de ruralidades são fundamentais uma vez que possibilitam a permanência das famílias por meio de instrumentos que as tornam pluriativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certo, as áreas rurais não valorizadas localizadas em regiões metropolitanas são afetadas negativamente pelo processo de expansão da massa urbana que em muitos casos não possuem nenhum planejamento, como é caso do município de Nova Iguaçu. É inegável dizer que a urbanização da região somada a insuficiência de políticas públicas resulta no processo de invisibilidade da área rural. E assim, as reflexões sobre a oposição campo e cidade contribuem para compreender as relações sociais existentes e a perda de significados que são perceptíveis no território, dada as circunstâncias.

O assentamento apresenta obstáculos quanto a sua continuidade como área rural devido o processo de expansão urbana. Contudo as ruralidades, ainda que embrionárias no território, podem servir de pontes para alcançar o desenvolvimento rural e antes disso a permanência no local como desejam. Atividades que agregam valor à produção, que vão de produtos fitoterápicos a fabricação de doces e derivados de leite e mel, geram renda e motivam o indivíduo a permanecer no campo. Isso é possível uma vez que a área rural apresenta potencial para produção de agroindústria, apresentando uma área de 270 hectares. Para isso, é necessário conhecimento científico e tecnológico com propósito de fomentar pesquisas aplicadas na produtividade com também na capacitação dos assentados.

De fato, o caminho para a revalorização do rural perpassa a dinâmica do assentamento, ou seja, a implementação e o acompanhamento dessas ações devem partir do Estado em parceria com instituições públicas e/ou privadas promovendo políticas públicas que levem em consideração as especificidades da região e, principalmente, as urgências que a mesma apresenta. Além disso, a busca de significados deve se dar a partir dos atores sociais que compõem o território rompendo, assim, com a invisibilidade do mesmo.

Por fim, faz-se urgente um olhar para este território, principalmente das comunidades acadêmicas, a fim de estudar o processo de esvaziamento de significados que o mesmo tem vivenciado como também promover atividades de extensão que contribuam para a formação política e agroecológica dos atores sociais.

REFERÊNCIAS

- FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do Desenvolvimento Rural em questão*. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007. (Capítulo 2 – Ruralidade, p. 79-103)
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. *Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras*. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 18, outubro 2002: 28-46.
- FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967 (Cap. 2 – Sociedade Fechada)
- HONNETH, A. (2003). *Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. São Paulo, Ed. 34 (cap. 5 e 6)
- LEFEBVRE, H. (1999). *A Revolução Urbana* (S. Martins, Trans.). Belo Horizonte: Editora da UFMG
- MONTE-MÓR, R. L. *O que é urbano, no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. 14p.
- NAVARRO, Z. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Estud. av. [online]. 2001, vol. 15, n.43, pp. 83-100.]
- PACÍFICO, A et.al. *Os Planos Diretores (1997-2008) da Cidade de Nova Iguaçu: Uma Análise do (Re) Ordenamento Territorial do Município e a Questão Rural*.
- PEREIRA, João Márcio e ALENTEJANO, Paulo. *Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014)*. In: Tempos Históricos, Volume 18, 1º Semestre de 2014, p. 73 – 111
- POLANYI, K. *A Grande Transformação – As Origens da Nossa época*. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- SCHNEIDER, Sérgio. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas*. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.
- SCHNEIDER, S e ESCHER, F. *A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural*. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 180-219
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. 263 p.
- VEIGA, José Eli. *A face territorial do desenvolvimento*. In: *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 3, N. 5, p. 5-19, Set.2002